



Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL  
Assessoria Técnica - SUPEL-ASSEJUR

Informação nº 13/2019/SUPEL-ASSEJUR

**PROCESSO Nº 0036.453579/2018-30**

**PROCEDÊNCIA:** Equipe de Licitação DELTA;

**INTERESSADO:** Secretaria de Estado da Saúde - SESAU;

**ASSUNTO:** ANÁLISE DE JULGAMENTO DE RECURSO REFERENTE AO **PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 02/2019/SUPEL/RO.**

**OBJETO:** Registro de preços para futura e eventual contratação de material de consumo (medicamentos) conforme descritos na SAMS (anexo IV), visando atender as necessidades e demandas do Centro de Atenção Psicossocial Estadual - Caps II Madeira Mamoré, Unidade Ambulatorial vinculada à estrutura da Secretaria de Estado da Saúde - SESAU/RO.

Senhor Procurador,

1. Trata-se de processo administrativo encaminhado pelo Senhor Superintendente, para análise de recursos administrativos interpostos pela recorrente **MEDICINALI PRODUTOS PARA SAUDE EIRELI** (5822033), com fundamento no art. 4º, inciso XVIII, da Lei Federal nº 10.520/2002 e no art. 26 do Decreto Estadual nº 12.205/06.
2. Cumpre apontar que em sede de admissibilidade foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, interesse recursal, pedido de provimento ao recurso, reconsideração das exigências e tempestividade, conforme comprovam os documentos acostados aos autos.
3. Não foram apresentadas **contrarrazões**.
4. O pregoeiro julgou pela **IMPROCEDÊNCIA** dos recursos administrativos interpostos pela recorrente **MEDICINALI PRODUTOS PARA SAUDE EIRELI**, permanecendo inabilitada a recorrente para o item 04.
5. Pois bem, passa-se a análise.
6. Desde logo, cabe enfatizar que a presente análise se restringe ao caráter jurídico dos recursos administrativos ora submetido a exame, não sendo considerados os aspectos técnicos ou econômicos da avença, ou de conveniência e oportunidade, cujo ônus recai sobre a Autoridade Competente.
7. Também não se está aqui analisando o processo administrativo na sua inteireza, mas apenas naquilo que concerne aos seus aspectos jurídicos dos recursos administrativos, em face da presunção de legitimidade e de veracidade dos atos administrativos.
8. A recorrente interpôs recurso administrativo solicitando a reavaliação do produto ofertado, visto que na época da licitação o registro do produto encontrava-se cancelado pela Anvisa, contudo esclarece que esse fato ocorreu devido a mudança da numeração do registro por determinação do

Laboratório, dessa forma o registro antigo ficou cancelado e foi gerado um novo registro, contudo tal mudança não acarretaria nenhum ônus ao produto ofertado.

9. Assim sendo, solicita a reabilitação da empresa, um vez que o item restou fracassado e sua proposta possui o menor preço ofertado.
10. Recebido o recurso administrativo, os autos foram encaminhados a equipe técnica da SESAU, tendo em vista a *expertise* dos servidores daquela secretaria em razão do objeto da licitação.
11. Nesse passo, a SESAU emitiu despacho (5832445), informando que a recorrente não informou em sua peça recursal qual era a nova numeração, visto que "a análise técnica do ofertado é feita em cima do Registro do Medicamento, mesmo que o Vencimento Registro esteja válido, as apresentações para comercialização já estão canceladas/caducas, conforme o anexo (5229412)".
12. Dessa maneira, tendo por respaldo o despacho da Equipe Técnica da SESAU (5832445), não tendo a recorrente atendido as exigências do instrumento convocatório, não se vislumbra motivos que ensejem a reforma da decisão que desclassificou sua proposta de preços no certame.
13. Ante o exposto, opino pela manutenção da decisão do pregoeiro julgando **IMPROCEDENTE** o recurso administrativo interposto pela recorrente **MEDICINALI PRODUTOS PARA SAUDE EIREL**, permanecendo a desclassificação de sua proposta para o item 04.
14. Esta decisão foi fundamentada com base no disposto no art. 3º da Lei 8.666/93 e no Parecer Técnico emitido pelo setor competente, que garantem a observância do princípio constitucional da legalidade, da igualdade, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos, ao selecionar a proposta que for mais vantajosa para a Administração.
15. Encerrada a fase de análise dos recursos administrativos, verifica-se que foram observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, dando-se oportunidade para contrarrazões.
16. O presente parecer apenas terá validade após o aprova por parte do Procurador Geral do Estado de acordo com o art. 11, V, da LCE n. 620/2011.
17. Oportunamente, submeter-se-á o presente despacho, do art. 109, § 4.º, da Lei n.º 8.666/93, à decisão superior, conferindo-se regular curso ao processo, de acordo com a legislação em vigor.

Porto Velho (RO), 23 de maio de 2019

**Marília dos Santos Amaral**

Matrícula 300142338

**Elida Passos de Almeida**

Chefe da Assessoria de Análise Técnica

Em substituição

**Lauro Lúcio Lacerda**

**Procurador do Estado**



Documento assinado eletronicamente por **Lauro Lucio Lacerda, Procurador do Estado**, em 28/05/2019, às 13:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Juraci Jorge da Silva, Procurador(a)**, em 06/06/2019, às 17:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).

Documento assinado eletronicamente por **Elida Passos de Almeida França, Chefe de Unidade**, em



07/06/2019, às 12:39, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marília dos Santos Amaral, Assessor(a)**, em 07/06/2019, às 12:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **6058290** e o código CRC **2C2E13FA**.

**Referência:** Caso responda este Informação, indicar expressamente o Processo nº 0036.453579/2018-30

SEI nº 6058290